



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e
Gestão de Políticas Públicas (FACE)
Departamento de Economia (ECO-UnB)

INFLAÇÃO AINDA DERRUBA PRESIDENTE?

Um estudo sobre os determinantes econômicos da
rejeição presidencial no Brasil pós Plano Real

Carlos Eduardo Rebouças Werneck

Orientador: Prof.^a Dra. Maria Eduarda Tannuri-Pianto

Brasília

2024

Agradecimentos

Gostaria de agradecer algumas pessoas que foram essenciais para minha jornada na universidade. Primeiramente, gostaria de agradecer aos meus pais, Carlos Eduardo e Simone, que sempre me apoiaram, incentivaram e me inspiraram a crescer, a estudar e a sonhar. Sem eles, nada disso seria possível. Também gostaria de agradecer minha avó, Mábir, que sempre me motivou e leu meus trabalhos com tamanho entusiasmo que me contagiava a sempre buscar a excelência com ternura. Agradeço também ao meu avô, Rubens, que foi exemplo de trabalho, dedicação e disciplina, cuja memória me esforço para honrar diariamente.

À minha orientadora, Maria Eduarda, que não só me acolheu durante o processo de monografia, mas também apoiou e ajudou durante todo o percurso, trazendo leveza em um momento naturalmente difícil e cansativo. Além disso, despertou meu interesse pela economia aplicada e pelos estudos empíricos de economia, área que pretendo me aprofundar futuramente.

Gostaria de expressar minha gratidão aos meus professores da graduação, que transmitiram sua paixão pela economia em cada aula. Esse entusiasmo sempre me deu a certeza de que eu estava exatamente no lugar certo, estudando algo que verdadeiramente me fascinava. Também devo dar destaque para a professora Adriana Amado, que foi essencial para a renovação do PET, onde mostrou que sempre é possível inovar dentro do mundo acadêmico e como ele pode ser divertido e interessante.

Para finalizar, gostaria de agradecer imensamente à Universidade de Brasília, que me permitia sair da zona de conforto diariamente e entrar em contato com vários mundos diferentes, cheios de possibilidades, através da extensão. Dentro disso, sou grato pelas minhas experiências e aprendizados na Econsult, IEmonit, PET, Revista Eco da Graduação, Centro Acadêmico, dentre outros, onde pude me capacitar e conhecer pessoas incríveis.

Também devo agradecer às amigas que fometei na universidade e que pretendo levar para vida. Em especial aos meus melhores amigos: Leonardo Sena, Vitor Nogueira e Ana Clara, que sempre se engajavam junto comigo em toda sorte de projeto tanto dentro como fora da UnB, dos trabalhos acadêmicos e desafios de extensão aos cafés e às viagens, de modo que foram pessoas fundamentais para pautar os últimos 4 anos com companheirismo e bom humor.

Resumo

Este estudo investiga a relação entre economia e política no Brasil, com foco no impacto da inflação na popularidade presidencial no período pós Plano Real. A análise aborda como a sociedade avalia a política com base no desempenho econômico, destacando a importância das emoções negativas, consolidada através do indicador de rejeição presidencial, fornecendo uma perspectiva distinta das abordagens tradicionais centradas na aprovação. Utilizando modelos econométricos de regressão logística, o estudo estima os efeitos econômicos na rejeição presidencial - medida via indicadores de popularidade - incluindo variáveis como desemprego e crescimento do PIB. Além disso, explora a influência da ideologia política na avaliação do governante. Os resultados sugerem que a inflação continua sendo um fator significativo para a rejeição presidencial, mesmo após a estabilização monetária e também revela que, contrariamente às expectativas, governos de direita enfrentam maior responsabilização por altas taxas de desemprego, enquanto governos de esquerda enfrentam maior rejeição devido à sua natureza partidária dogmática.

Palavras-Chave: Voto econômico, Inflação, Aprovação Presidencial, Regressão Logística.

Abstract

This study investigates the relationship between economics and politics in Brazil, focusing on the impact of inflation on presidential popularity in the post-Real Plan period. The analysis examines how society evaluates politics based on economic performance, highlighting the importance of negative emotions consolidated through the presidential rejection indicator, providing a distinct perspective from traditional approval-centered approaches. Using logistic regression econometric models, the study estimates the economic effects on presidential rejection - measured via popularity index - including variables such as unemployment and GDP growth. Additionally, it explores the influence of political ideology on the evaluation of the incumbent. The results suggest that inflation remains a significant factor for presidential rejection even after monetary stabilization. Furthermore, the study reveals that, contrary to expectations, right-wing governments face greater accountability for high unemployment rates, while left-wing governments encounter higher rejection due to their partisan nature.

Key Words: Economic Voting, Inflation, Presidential Approval, Logistic Regression

*"Mistério dos mistérios da inflação:
o trabalhador ganhar cada vez menos para produzir
coisas que custam cada vez mais."*

Millôr Fernandes

Sumário

1	Introdução	1
2	O Elo entre Economia e Política	3
2.1	Início	3
2.2	Perspectiva individual	3
2.3	Divergências	6
2.4	Perspectiva brasileira	7
3	História da Inflação no Brasil	10
3.1	Origens da Inflação	10
3.2	Plano Cruzado (1986)	11
3.3	Plano Verão (1989)	13
3.4	Plano Collor (1990)	13
3.5	Plano Real (1993)	14
4	Análise de Dados	17
4.1	Inflação	17
4.2	Desemprego	17
4.3	Produto Interno Bruto	17
4.4	Avaliação	18
4.5	Análise Gráfica	19
5	Modelo e Resultados	24
5.1	Modelo Trimestral	24
5.2	Modelo com Interação de Ideologia	26
5.3	Modelo Comparativo	29
6	Conclusão	31
7	Referências Bibliográficas	33

1 Introdução

A economia e a política podem ser vistas como áreas correlatas, uma vez que ambas estudam o comportamento humano e a sua relação com o mundo ao seu redor. Não somente isso, ambas possuem efeitos práticos diretos na vida dos indivíduos. Ainda que possam divergir nos objetivos, nas metodologias e nos arcabouços teóricos, é inegável que suportem vínculos, tanto no campo conceitual, como no prático. Este último será o principal alvo de estudo do presente trabalho. Nesse contexto, essa relação se revela ainda mais complexa, já que a ponderação da política com base no exercício da economia não é uma constante (CAMARGOS, 2007).

Diante disso, a inflação é um dos principais agentes que integram a economia e a sociedade, uma vez que afeta diretamente a vida das pessoas. Segundo Shiller (1997), a palavra inflação é mais utilizada pelo público geral, seguida de desemprego e produtividade. Ademais, Shiller entrevista brasileiros e os questiona sobre a relação com a inflação, de modo que a maioria corresponde com aversão, inclusive em reação a possíveis efeitos positivos da inflação sobre o nível de emprego e de atividade. Nesse âmbito, a ojeriza à inflação, cristalizada pela alcunha de “dragão”, marca a incorporação da variável no cotidiano dos brasileiros (GURGEL; VEREZA, 1996).

No caso do Brasil, essa aversão tornou possível a legitimação não só de planos econômicos impopulares como também a sua própria equipe econômica. Evidente no caso do Plano Real - que consolidou o fim da inflação e foi capaz de colher resultados eleitorais no período posterior (BORSANI, 2003). Todavia, não é consenso que a inflação ainda é uma das maiores preocupações dos indivíduos, dado que a estabilização monetária pode ter reduzido o grau de relevância deste problema e aberto os horizontes para outros (VEIGA, 2013).

Em virtude disso, o presente trabalho se propõe a estudar as interações entre a economia e a política no Brasil, com destaque para a inflação, no período 1995-2023, com o fito de compreender melhor o impacto das variáveis econômicas na popularidade do presidente. Nesse contexto, o presente trabalho busca oferecer uma perspectiva distinta ao focar na análise da rejeição, em vez da aprovação do incumbente. Diante disso, Rozin e Royzman (2001) argumentam que os seres humanos tendem a dar maior importância às emoções negativas em detrimento das positivas, logo essa abordagem pode fornecer insights valiosos e diferenciados para a literatura existente.

Ao enfatizar a rejeição, espera-se revelar nuances que podem complementar as compreensões tradicionais centradas na aprovação, contribuindo assim para um entendimento mais abrangente e equilibrado. Sob esse prisma, busca-se ilustrar que a inflação ainda detém peso considerável na formação de opinião negativa dos indivíduos sobre a gestão do executivo mesmo após a estabilização monetária derivada do Plano Real.

Além disso, é explorada a ideia de interação com ideologia dos governantes, como explicitado por Powell e Whitten (1993), em que diferentes partidos detêm prioridades distintas, como a esquerda priorizando renda e emprego, enquanto a direita prioriza estabilidade monetária e regras fiscais. Assim, o modelo testa se o grau de rejeição é influenciado pela doutrina do incumbente, o que pode sugerir que a responsabilização do presidente não é ideologicamente isonômica.

No que tange ao modelo, serão construídos modelos econométricos de regressão logística para estimar os efeitos econômicos na rejeição política. Nesse sentido, a rejeição política é uma métrica binária criada para avaliar se um presidente é rejeitado ou não pela população, a qual será detalhada mais adiante na seção do modelo. Para isso, o método de regressão logística é adequado pois avalia as relações entre variáveis dicotômicas (WRIGHT, 1995). Além da inflação, serão adicionados ao modelo as variáveis de desemprego e crescimento do produto com o intuito de analisar mais facetas da condução da economia. O modelo de logit, já utilizado por Levernier (1993), possibilita a utilização de variáveis binárias na análise de voto econômico.

De maneira geral, o trabalho busca avaliar o grau de intersecção entre essas áreas sob a ótica empírica, de modo que procura contribuir para a literatura do tema, ao passo que colabora para um maior entendimento dos efeitos econômicos e seus impactos na política brasileira. Além disso, visa subsidiar o desenvolvimento de estratégias mais eficazes para promover políticas públicas mais alinhadas com as necessidades da população e mais efetivas na busca pelo desenvolvimento econômico e social do país.

2 O Elo entre Economia e Política

2.1 Início

Apesar da relação entre política e economia existir desde a sua fundação, com Adam Smith, os estudos mais quantitativos surgiram apenas no século XX. A disseminação da estatística dentre as ciências sociais possibilitou a fundamentação de métodos robustos para fenômenos sociais e políticos, como evidenciado por Rice (1928), que deu início a esse tipo de abordagem ao estimar e dimensionar comportamentos humanos e cenários sociais, como no caso do voto.

Ao buscar avaliar aspectos subjetivos e objetivos, como perspectiva econômica, contribuiu para a criação de uma nova área de pesquisa, ainda que limitada pela tecnologia e técnica da época. Com a ascensão da informática, que possibilitou a popularização de computadores, houve uma difusão de softwares capazes de instrumentalizar métodos estatísticos complexos, o que facilitou e aprimorou a utilização de análises quantitativas, de modo a viabilizar pesquisas na área (VENKATESH; DAVIS, 2000).

Não obstante os primeiros estudos de Rice, o estudo seminal do tema surgiu quase cinquenta anos depois, quando o cientista político Gerald Kramer (1971) que se destacou ao utilizar indicadores macroeconômicos como instrumentos analíticos para avaliar o desempenho dos governantes e seus impactos nas eleições. Uma das suas principais contribuições foi a introdução de análises de séries temporais, que permitiram compreender a interconexão entre o desempenho econômico e as percepções do eleitorado. Em sua análise, denotou a variação na renda como um dos principais determinantes de satisfação da sociedade em relação à condução econômica do governo, o que é corroborado por outros estudos (PELTZMAN, 1987).

No que tange às variáveis econômicas escolhidas, a tríade inflação, desemprego e renda per capita apresenta maior relevância nas metodologias seminais (LEWIS-BECK; MICHAEL, 1990). Todavia, ainda existe certa divergência na eficácia da transmissão dos modelos europeus e norte-americanos ao sul global, em que tanto os fenômenos quanto às perspectivas são diferentes. Nesse sentido, as múltiplas crises financeiras e crises externas poderiam justificar a adoção da variação no câmbio como novo integrante aos modelos, porém não existe consenso neste tópico (REMMER, 1991).

2.2 Perspectiva individual

Grande parte desses estudos parte de premissas iniciais sob a ótica do indivíduo, de modo que se formula um arcabouço teórico, que justifica desde o comportamento do eleitor até a criação do modelo e escolha das variáveis. Nesse sentido, Kramer utiliza uma abordagem downesiana, à medida que assume uma premissa da função utilidade para

o governo (Figueiredo, 2008)¹. Tendo isso em vista, entende que ideologias, identidade políticas e culturais e valores podem ser reduzidos a sistemas de preferências com função instrumental de compreender informações para decisão política inteligente. Neste caso, a decisão seria o voto, o qual é visto como instrumento estratégico por parte do indivíduo (RIKER, 1983).

Para além da interpretação economicista, em que o fluxo de causalidade social que explica os fenômenos eleitorais deriva das variáveis econômicas - como denota Figueiredo (2008) - existe uma interpretação que transcorre pelas áreas da psicologia e da racionalidade. Nessa abordagem, mais geral, admite-se que o fluxo se desloca da esfera individual para a coletiva, isto é, são fatores e predileções individuais que definem a tomada de decisão do indivíduo. Isso pode ser compreendido em uma perspectiva mais econômica, como as agregações de preferências derivadas de aspectos pessoais, como ideologia, identidade e valores (DOWNS, 1957).

Ambas as visões conversam entre si no que tange à motivação individual do eleitor, porém há uma segmentação entre duas maneiras de se entender esse comportamento. A primeira assume uma ótica egotrópica, em que o indivíduo avalia a sua perspectiva - seu próprio bolso - para processar sua decisão política estratégica, enquanto na ótica sociotrópica, o indivíduo avalia a perspectiva do grupo como um todo - bolso do país - para processar sua decisão (KINDER, KIEWIET; 1978).

Essa dicotomia mostrou-se importante tanto para avaliar as variáveis utilizadas no modelo, quanto para explicar os resultados, de modo que permite uma robustez na criação das estimações. Inclusive, no estudo canônico de Kramer (1971), já existe a perspectiva de variação da renda como variável mais importante justamente pelo seu efeito direto no prisma individual, aliando-se a noção egotrópica. No caso brasileiro, existe uma discussão sobre a inclusão de transferências de renda, como uma das variáveis explicativas, uma vez que acena para a perspectiva individual egotrópica (AMARAL; RIBEIRO, 2015). Por outro lado, Moraes e Quadros (2016) incluem a variável percepção de corrupção em suas análises, o que, por sua vez, dialoga com a concepção sociotrópica, visto que permite uma avaliação mais coletiva e social por parte do indivíduo.

Além disso, essa análise da perspectiva individual é importante para examinar a questão das expectativas sobre o papel do governo, o que é essencial para entender o processo de formação do julgamento do eleitor. Nesse sentido, há uma ampla discussão sobre como interpretar o papel do governo no desempenho econômico, com particularidades que se originam tanto da identidade cultural como política histórica de cada país. Também é passível de análise, como será visto adiante, em qual grau os eleitores conseguem responsabilizar o governo, a depender de fatores institucionais e políticos.

Nos Estados Unidos, por exemplo, existe uma assimetria no julgamento do eleitor, uma

¹Página 79

vez que pune fortemente resultados negativos do governo, ao passo que não o recompensa tão enfaticamente, de modo que pode ser caracterizado como um “juiz pouco benevolente” (BLOOM; PRICE, 1975). Ainda nesse ponto, o eleitor norte-americano encontra no legislativo o seu canal principal de frustração, em detrimento do executivo. Diante disso, existe uma punição do partido do incumbente responsável pelo mal desempenho econômico, de modo que pode se expandir até para os resultados eleitorais estaduais, em que governadores associados ao partido do presidente são prejudicados (PELTZMAN, 1987).

Em contrapartida, no Brasil, a relação é diferente, dado que há uma expectativa maior do papel do Estado na provisão de resultados econômicos positivos, de maneira que o cidadão responsabiliza o governo tanto pelo seu bem-estar quanto pela sua prosperidade pessoal (LATIF, 2020). Ademais, o alvo das frustrações também é diferente, haja vista que o cidadão coloca um peso maior na ação do executivo, fator este que deriva do processo de formação cultural e político brasileiro (DE CARVALHO, 2021). Diante disso, o eleitorado brasileiro responsabiliza o governo pelo desempenho econômico, sobretudo no que concerne a inflação e o desemprego (ALSTON et al, 2006).

Inclusive, essa responsabilização também se reflete no âmbito estadual, porém com menos força, a depender de alguns elementos, como grau de autonomia fiscal do estado e intensividade do trabalho (BARBERIA; AVELINO; ZANLORENSSI, 2019). Nesse âmbito, a personalização da figura do executivo acaba minando o papel dos partidos no processo de julgamento do eleitor, de modo que, no Brasil, própria função dos partidos e seu conteúdo programático acabam deturpados, já que se tornam mais um atalho informacional ao eleitor do que um determinante de preferência e/ou julgamento (RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2011).

Além da questão das expectativas, o comportamento individual auxilia na compreensão da participação do indivíduo nas atividades políticas, em especial nas eleições. Ao elaborar a modelagem do processo de julgamento do eleitor, é importante ponderar o quanto esse processo o representa, dado que as próprias variáveis econômicas analisadas possuem um impacto na participação na política (TAYLOR, 2000). Sob esse prisma, a participação confabula com a interpretação mais egotrópica, uma vez que as preferências individuais se contrapõem aos interesses sociais do coletivo.

Diante disso, Taylor (2000) identifica que inflação e desemprego são duas variáveis que elevam o custo de oportunidade da participação política, tendo em vista que em situações desfavoráveis, o processo de votar não é elencado como prioridade para o indivíduo, já que pode priorizar estabilizar sua condição financeira privada. Ainda nesse ponto, também existe evidência que condições financeiras pessoais são determinantes para aumentar esse custo de oportunidade, conforme Rosenstone (1982). Todavia, essa situação não é totalmente replicável no caso brasileiro, uma vez que o voto obrigatório desordena essa

agregação de preferências individuais, já que elimina a escolha de participar ou não das eleições, uma decisão que é influenciada por custos de oportunidade em contextos de voto voluntário, mas não totalmente no Brasil.

2.3 Divergências

Apesar dos estudos iniciais apresentarem alguns resultados significantes, sobretudo no tocante à variação de renda, ainda persiste muita divergência na metodologia, já que, com certas adaptações e reavaliação de hipóteses, os resultados podem diferir bastante (ERIKSON, 1990). Ainda no lado cético, tem-se Stiegler (1973), que avalia os efeitos para republicanos e democratas nos Estados Unidos e não encontra impacto significativo de fatores econômicos nos resultados eleitorais, argumentando que não há diferenças programáticas tão relevantes entre os partidos - fator que pode diferir bastante para outros países. Nesse contexto, ao realizar análises comparando vários países, cross-national, os resultados são ainda mais confusos, já que os resultados não são homogêneos e variam a depender do corte temporal (LIPSET; STROM, 1984).

Em uma outra análise envolvendo mais de 197 eleições em 17 países, Paldam (1991) encontrou, do mesmo modo, resultados confusos e conflitantes, uma vez que poucos estimadores obtiveram significância. Além disso, a variável inflação apresentou coeficientes imprecisos, dado que tinha sinais diferentes do esperado, o que pode despertar a discussão sobre ilusão monetária, em que os índices de preços podem caminhar junto de indicadores de aquecimento da economia, gerando uma falsa sensação de bonança com aumentos nominais nos salários (FISHER, 1928).

Um quesito importante ao avaliar esses estudos é que não somente grande parte enfatiza questões econômicas, como também mantém firme hipóteses que asseguram a relação intrínseca entre economia e política, isto é, assumem que os eleitores acreditam que o desempenho econômico está fortemente ligado à capacidade do incumbente. Em virtude disso, Powell e Whitten (1993) destrincham a hipótese da responsabilidade, ao passo que levam em consideração o contexto político para a formulação dos modelos, de modo que estimam tanto a percepção do eleitor sobre o grau de responsabilidade do governo, como a sua ideologia.

Nesse sentido, utilizam uma métrica de ideologia para partidos políticos, desenvolvida por Castles (1982), para entender os impactos do desempenho econômico em diferentes tipos de governo, uma vez que se acredita que governos de esquerda possuem maior apreço pelas questões de emprego e distribuição de renda, enquanto governos de direita prezam pela estabilidade monetária a redução de impostos. Em decorrência disso, esperam que eleitores cobrem resultados melhores de inflação por parte dos partidos direitistas e resultados melhores no desemprego por parte dos partidos esquerdistas. Entretanto, não obtiveram os retornos esperados, de modo que se aparentou que apenas governos de direita

eram punidos por mal desempenho monetário.

Essa forma de análise, em que se inclui variáveis de contexto político, foi desenvolvida posteriormente por Anderson (2000), haja vista que realizou um estudo com diversos países europeus para entender melhor o impacto desses fatores não econômicos no julgamento do eleitor. Dito isso, criou uma variável de ambiente institucional, em que classificou os países em ambiente claro e não claro, em que detalha o grau de responsabilidade visível de cada governante, o qual leva em conta o nível dos mecanismos de *accountability*, o fracionamento da coalizão governante e o tamanho da bancada do partido governista.

Em linhas gerais, ambos os estudos encontraram evidências empíricas que sugerem para uma correlação mais forte entre resultados negativos na economia e insatisfação política em ambientes em que está mais claro o grau de responsabilidade do governo. Além disso, encontrou uma relação ainda mais forte em nações mais autoritárias, o que pode ser explicado pela noção mais evidente de responsabilidade em governos autocráticos. Isso pode evidenciar maiores insatisfações, com poder de transformar regimes, como no caso da América Latina, em que os períodos de maior crise econômica precederam as maiores ondas de democratização e rejeição às administrações anteriores (REMMER, 1991). Isso pode ter aumentado ainda mais a rejeição à inflação no caso das ditaduras latino-americanas.

É válido mencionar que essa discussão se pautou majoritariamente na Europa, em que há forte presença do sistema parlamentarista, de modo que a criação de consensos e de governança pode vir a ser menos homogênea que em outros sistemas. Em vista disso, pode ser intrincado transpor essa análise para o caso brasileiro de forma integral.

Apesar disso, a construção do presidencialismo brasileiro após promulgação da Constituição Federal de 1988 se dá, sobretudo, pela criação de consensos entre o executivo e legislativo, os quais estão se tornando cada vez mais complexos (ABRANCHES, 2018). Uma abordagem interessante consiste na presença de instrumentos do poder executivo como medidas provisórias, como forma de classificar o poder de agenda de um governo (CAMARGOS, 2007). Assim, evidencia-se como um recorte político, a fim de examinar o arcabouço institucional e seu funcionamento ao entendimento da população pode ser benéfico para formulação de um modelo robusto.

2.4 Perspectiva brasileira

A despeito de haver grandes avanços na temática, sobretudo no que tange à metodologia e arcabouço teórico - como explicitado na seção anterior - ainda persistem diferenças fundamentais na transmissão desses estudos para o caso brasileiro, uma vez que a maioria dos modelos se dispõem em países industrializados com democracias estáveis com pelo menos dois partidos bem consolidados (BARBERIA; AVELINO; ZANLORENSSI, 2019). Nesse contexto, urge a necessidade de adaptar tanto a teoria quanto as técnicas de estimação.

Sob essa ótica, a própria escolha de variáveis, e seu resultado esperado, já pode divergir, como no caso da inflação. Em virtude do passado inflacionário, os países da América Latina, com destaque para o Brasil, possuem uma relação própria com índice de preços, de modo que o seu controle se tornou pauta essencial para plataforma eleitoral (BORSANI, 2003). Diante disso, a capacidade de conquistar a estabilidade monetária converteu-se em métrica de popularidade política (GRANDI; MARINS; PECHMAN, 1989). Embora, Veiga (2013) argumente em favor da predominância da variação de renda como variável chave de análise, uma vez que, em sua perspectiva, a consolidação do combate a hiperinflação minou a sua aversão dantesca do inconsciente coletivo da população.

Há também um enfoque na taxa de desemprego, sobretudo no período pós estabilização, em que se tornou uma das principais queixas da população para o executivo (VARTANIAN; VIDEIRA, 2011). Não somente isso, como a elevação da taxa de juros, cujo intuito é manter inflação controlada, pode ter se tornado outra fonte de desaprovação do governo.

Isso já difere do caso norte-americano, em que a inflação era vista como resíduo, já que os eleitores, tidos como agentes racionais, adaptaram suas expectativas à medida que incorporaram os aumentos de preços (CHAPPELL, 1983). Sendo assim, há um panorama mais prospectivo do ponto de vista individual.

Entretanto, esse cenário já diverge com o caso brasileiro, em que há indícios de uma prevalência da visão retrospectiva do eleitor, de modo que observa os resultados passados para elaborar sua decisão no presente (AMARAL; RIBEIRO, 2015). Esse parecer vai ser essencial para a construção do modelo, uma vez que permite a adoção do princípio da causalidade de Granger, em que as variáveis econômicas podem estar integradas em relação ao tempo (GRANGER, 2001). Desse modo, os efeitos reais podem ser sentidos não imediatamente, mas após dado período, o que é essencial para modelagem no longo prazo.

Por último, outros estudos recentes que exerceram bastante influência para a elaboração do presente trabalho consistem em avaliações da popularidade de figuras do executivo, frente aos determinantes econômicos. No que se refere à ótica regional, por meio de resultados eleitorais dos governadores, existe uma evidência de que há uma coordenação política entre o poder estadual e federal, percebida pelos indivíduos, de maneira que realizam seu julgamento de modo proporcional (BARBERIA; AVELINO; ZANLORENSSI, 2019).

Isso sugere que os eleitores avaliam os resultados econômicos que estão sob o poder de influência dos líderes regionais, seguindo alguns pressupostos básicos, como autonomia fiscal do estado e estrutura econômica. Assim - tanto estados que não são solventes e capazes de formular políticas públicas independentes, como estados predominantemente agrícolas e dependentes de oscilações externas - não são avaliados com o mesmo crivo pelo eleitor.

Agora no que se refere à ótica federal, Moraes e Quadros (2016) realizaram uma

análise dos principais determinantes da popularidade do líder do executivo. Ao contrário da grande parte dos estudos, os quais abordam voto econômico e tratam da perspectiva do eleitor, através de resultados eleitorais, esse exame coloca a avaliação popular, obtida por pesquisa de opinião, com variável dependente do modelo. Ferreira e Sakurai (2013) incluem outras variáveis como salário-mínimo e carisma político, mas também concluem que a boa condução econômica do governo é um grande preditor da popularidade política no Brasil. Apesar da limitação do período, já que encapsula somente os governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula, o estudo foi importante como ponto de partida para a modelagem entre economia e aprovação presidencial.

Um estudo mais recente, em que abrange o impeachment da presidente Dilma Rousseff e a gestão do Michel Temer, foi desenvolvido por Corado, N. R. et al (2022), em que se evidenciou novamente os impactos negativos do desemprego e da inflação. Além disso, outras variáveis políticas como mensalão, *impeachment* e *honeymoon*² foram incluídas na estimação de função popularidade, apresentando efeitos significativos também.

No que tange à tônica da avaliação política, o Brasil apresenta uma série de institutos de pesquisa de opinião, de forma que engloba tanto as pesquisas eleitorais de intenção de voto, quanto às recorrentes de popularidade. Dentre eles, destacam-se Datafolha, IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística) que se tornou o Ipec em 2021 e o instituto da CNI (Confederação Nacional da Indústria) que atuava junto ao IBOPE. Nesse contexto, os questionários costumam conter várias perguntas, desde a questão de confiança no geral até perguntas específicas como condução da economia. Ademais, perguntas simples como percepção e avaliação em: “Ótimo/Bom, Regular, Ruim/Péssimo e Não sabe/Não respondeu” são as principais métricas utilizadas nos estudos quantitativos.

A difusão e a capilaridade dessas pesquisas são essenciais ao trabalho apresentado, uma vez que permite uma análise mais ampla, em que é possível examinar as interações entre variáveis econômicas e políticas nas esferas locais e nacionais. Nesse sentido, a adoção dessa métrica como variável dependente pode contribuir para resultados mais diversos e concretos, de modo a colaborar para a robustez dos modelos apresentados adiante.

²Efeito Lua de Mel: Referência ao primeiro ano de mandato dos governantes, em que geralmente detém maior popularidade e conseguem aprovar mais projetos da sua agenda eleitoral

3 História da Inflação no Brasil

3.1 Origens da Inflação

O debate sobre a origem da inflação brasileira foi marcado pelas vertentes ortodoxas e estruturalistas (BAER, 1996). O primeiro grupo seguia a visão mais tradicional sobre inflação, dado que a ortodoxia está historicamente ligada aos ideais da Teoria Quantitativa de Moeda e seus pressupostos, como moeda exógena e neutra. Em virtude disso, defendiam que a inflação era resultado das políticas monetárias e fiscais do governo, ao passo que também abriam espaço para choques agrícolas.

Já o segundo grupo creditava a estrutura oligopolizada como causa-mor do processo inflacionário, à medida que entendiam que a inflação era causada por aumentos dos meios de pagamento. Nesse sentido, os grupos econômicos, situados no modelo de capitalismo tecno-burocrático, detinham poder de monopólio suficiente para aumentar os preços para aumentar sua renda, de modo que causavam um aumento geral no nível de preços, o que motivava um aumento na quantidade de moeda da economia (BRESSER-PEREIRA; NAKANO, 1980).

Diante disso, interpretavam, ao contrário dos ortodoxos, que a moeda era endógena, dado que entendiam que era uma variável dependente da economia, vide o mecanismo inverso ao monetarista, já que para os estruturalistas o aumento de preços aumenta a quantidade de moeda.

É importante mencionar esse embate, pois muitos dos planos de estabilização baseiam-se nessas abordagens, ora seguindo o receituário ortodoxo ora o heterodoxo. Nesse âmbito, evidencia-se como essas abordagens são, a priori, antagônicas, pois o combate da inflação do primeiro grupo abrange uma recessão como remédio amargo para inflação, à medida que reduz a atividade econômica, ao passo que para o segundo, isso seria apenas um catalisador do aumento de preços, devido a tentativa de manutenção de renda dos grupos econômicos (BAER, 1996).

No contexto brasileiro, Borsani (2003) argumenta que a inflação ganhou enorme relevância no período pós-ditadura, em que se tornou um dos principais determinantes dos modelos de ciclos político-orçamentários. Em contraste com a literatura internacional, que focava em determinantes de renda, onde a inflação costumava ser um resíduo negativo observado após o período eleitoral, conforme Alesina, Roubini e Cohen (1997).

Todavia, isso não impediu possíveis comportamentos oportunistas em relação ao combate à inflação, como evidenciado pela redução artificial do nível de preços durante o Plano Cruzado antes das eleições e pela desvalorização do real logo após as eleições de 1998 (BORSANI, 2003). Ambos os fenômenos seguem os resultados de Northaus (1975), em que se nota uma piora nos indicadores econômicos após a eleição.

Com apoio do gráfico abaixo é observável uma possível relação entre a avaliação

presidencial negativa e os planos de estabilização. A queda da inflação oriunda dos planos, ainda que artificial, teve o poder de absolver momentaneamente as figuras do executivo, com destaque para o Plano Cruzado, em que permitiu excelentes resultados eleitorais ao seu partido (BORSANI, 2003). Por outro lado, a volta da inflação permitiu a disparada da rejeição dos presidentes. Dito isso, os quatro planos, em que foi possível observar essa relação - Plano Cruzado, Plano Verão, Plano Collor e Plano Real - serão detalhados adiante.

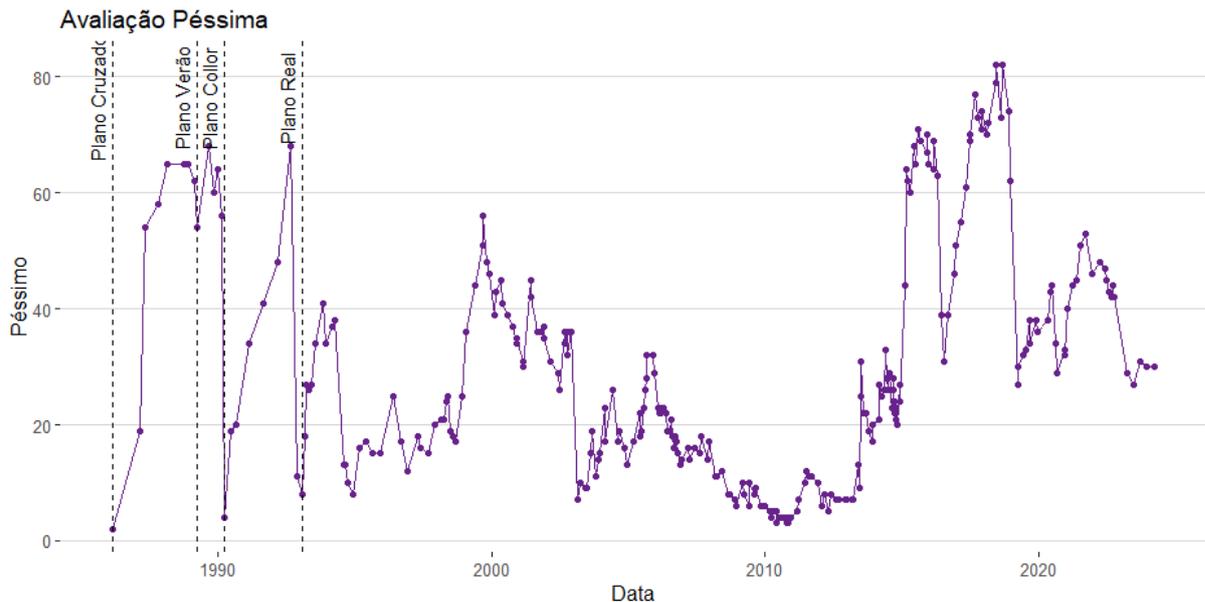


Figura 1: Avaliação Péssima ao longo dos anos

3.2 Plano Cruzado (1986)

O Plano Cruzado veio com a intenção de validar e tentar legitimar o governo do recém-empossado vice José Sarney. Tancredo Neves havia sido eleito e organizou um ministério mais ortodoxo, com Dornelles, a fim de combater a inflação. Todavia, Sarney tomou posse após a morte de Tancredo, de modo que suas intenções foram de encontro ao plano ortodoxo de Dornelles, de caráter recessivo, devido às medidas tradicionais de aumentar juros e reduzir gastos (GIAMBIAGI, 2005).

Nesse contexto, surge a ideia do Plano Cruzado, elaborado por Dilson Funaro, que se tratava de um plano heterodoxo para o combate da inflação, à medida que se baseava tanto no diagnóstico estruturalista, mencionado anteriormente, quanto nas teorias mais recentes de inflação inercial. Além disso, o diferencial do plano seria resolver a inflação sem a necessidade de uma recessão.

Foi amplamente influenciado pelo diagnóstico de “choque heterodoxo” proposto por Francisco Lopes, em que um congelamento de preços seria a única medida capaz de acabar com a inflação, já que as soluções tradicionais havia fracassado - vide o impacto nulo

da enorme recessão de 1981-1984 na inflação (BAER, 1996). Desse modo, surge o Plano Cruzado, que viria a ser o primeiro plano de estabilização com estratégias para inflação inercial, de modo que, segundo Baer (1996), elencava as seguintes medidas:

1. Um congelamento geral dos preços finais dos produtos por tempo indeterminado;
2. Um reajuste que fixou os novos salários reais e aluguéis com base na média dos seis meses anteriores. Porém, os salários recebiam adicionais de 8%, e 15% para o salário-mínimo;
3. Um modelo de reajuste dos salários, que estabelecia um gatilho automático sempre que a inflação chegasse a 20%;
4. Proibição de cláusulas de indexação em contratos com menos de um ano;
5. Redução da frequência de reajuste das ORTN, agora OTN;
6. Criação de uma nova moeda, o cruzado, que substituía o antigo cruzeiro e cortava três zeros.

Essas medidas tiveram uma série de efeitos, de modo que funcionaram no curto prazo, reduzindo consideravelmente a inflação (caiu de 22% em fevereiro de 1986 para -1% em março) e recrudescendo o apoio popular ao presidente, porém não duraram muito tempo. Apesar de seus efeitos positivos tanto no que tange à inflação, quanto no crescimento econômico, o Plano Cruzado trouxe problemas consideráveis para a questão alocativa da economia, uma vez que o congelamento promoveu um desalinhamento de preços, já que alguns foram congelados no pico e outros na baixa, de modo que prejudicou a formação de preços e a produção. Isso acabou gerando o desabastecimento e a escassez de alguns produtos, como carros e carne - que incentivaram o surgimento de ágios e taxas clandestinas (BAER, 1996).

Além disso, o próprio governo se encontrou em posição complicada, já que suas tarifas públicas foram congeladas em posição desfavorável, de modo que minou o investimento público e a situação fiscal do Estado. Assim, quando se viu sem opção senão as reajustar terminou por minar a própria credibilidade do plano.

Sem embargo, o principal problema fora a política salarial, uma vez que o aumento exacerbado dos salários junto do congelamento promoveu um aumento da demanda, que se evidenciou através de uma elevação no consumo das famílias, o que acabou pressionando os preços. Houve uma tentativa, alguns meses depois, de reduzir essa demanda através do chamado empréstimo compulsório, em que se pagaria uma taxa sobre viagens internacionais, compra de carros e combustíveis, a fim de mitigar o consumo e gerar poupança forçada para o governo.

O congelamento, que havia sido decretado de forma indeterminada, já dava sinais de distorções gravíssimas, de modo que os próprios economistas do plano defendiam seu fim, porém o governo, iludido com apoio popular e preocupado com as eleições, manteve até

a finalização do período eleitoral, o qual saiu extremamente vitorioso. Assim, logo após decretar o fim do congelamento, os preços dispararam novamente, agora em um patamar superior.

3.3 Plano Verão (1989)

Após o insucesso das medidas gradualistas do plano anterior, foram retomadas as medidas híbridas de choque ortodoxo e heterodoxo. Do lado ortodoxo, houve uma tentativa de ajuste fiscal - não lograda devido às eleições de 1989 e as novas regras de transferências da União para os entes oriunda da nova Constituição - uma restrição monetária, visando à redução do crédito com aumento da exigência de reservas bancárias e aumento de juros (BAER, 1996). Além de aumento de impostos e dos empréstimos compulsórios.

Do lado heterodoxo, houve um novo congelamento de preços e salários, dessa vez por tempo indeterminado, a eliminação das indexações, a desvalorização cambial e a troca de moeda pelo Cruzado Novo - novamente cortando três zeros. O Plano Verão se mostrou ainda mais breve que os anteriores, de modo que demonstrava uma estratégia já desgastada, ao passo que cada fracasso impactava na credibilidade do plano seguinte, além de aumentar o patamar das expectativas de inflação (GIAMBIAGI, 2005).

3.4 Plano Collor (1990)

Em 1990, Fernando Collor - primeiro presidente eleito diretamente desde 1960 - assume com a maior inflação da história do país - 81% ao mês - (GIAMBIAGI, 2005). Em virtude disso, já implementa seu plano econômico ainda nos primeiros dias de mandato, em que estabelece uma série de medidas inovadoras. O diagnóstico era de inflação de demanda e inercial, de modo que atuou com diversos pilares.

O principal pilar era a redução da liquidez da economia, que foi ilustrada pelo “confisco” em que o governo congelou 80% de todos os depósitos do overnight, contas correntes ou de poupança que ultrapassem a NCz\$ 50 mil por 18 meses. Também eliminou uma série de subsídios e incentivos fiscais, aumentou impostos e ampliou sua abrangência, como o IOF, além de combater a sonegação e indexar as receitas do governo. Assim, visava combater a inflação de demanda e reduzir o déficit público (BAER, 1996).

Do ponto de vista inercial, realizou um congelamento por 45 dias, elaborou novas regras complexas para o reajuste salarial e trocou a moeda. Ainda houve os pilares reformistas, em que “liberou” o câmbio tornando desvalorizado e competitivo, para aumentar as exportações e buscou reformar o Estado de forma geral, reduzindo seu tamanho através da extinção de ministérios e institutos, privatizando empresas públicas e abrindo a economia.

Em parte, devido ao desgaste acumulado e em outra parte devido aos problemas relacionados ao confisco, o plano fracassou, de modo que a inflação caiu no início, mas logo

voltou a crescer e veio acompanhada da maior recessão do século para o país. Além disso, o sequestro de liquidez foi mal formulado, com liberações sem grandes critérios definidos, ao passo que se curvava às pressões políticas.

Também há uma crítica forte na concepção teórica do plano, em que haveria uma confusão entre estoque e fluxo, dado que o confisco reduz o estoque de moeda corrente, mas não finda seu fluxo, que é de fato o catalisador da inflação (GIAMBIAGI, 2005). A inexperiência e relativa falta de competência da equipe técnica também é fator de crítica, uma vez que faltou transparência e careceu de habilidades de negociação com os outros poderes, fator este que minou parte do ajuste fiscal duradouro e das medidas esperadas.

3.5 Plano Real (1993)

O plano final de estabilização monetária da economia veio a ser o Plano Real, realizado no final do governo de Itamar Franco pelo seu quarto ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Elaborado por um quadro técnico mais novo, o plano tinha quatro fases principais:

1ª Fase: Plano de Ação Imediata: tinha como objetivo reduzir o déficit fiscal, de modo que reduziu gastos da União (cortou gastos com investimentos públicos, pessoal e empresas estatais de cerca de US\$ 7 bilhões), recuperou receitas tributárias, equacionou dívidas de estados e municípios com a União ao passo que também reestruturou bancos estaduais e federais. Realizou cortes orçamentários, limitou despesas com servidores e instituiu o IPMF. Esse pilar foi essencial pois um dos motivos do fracasso dos planos anteriores era a falta de um ajuste fiscal sólido, ao passo que apenas financiavam os déficits via expansão monetária (PASTORE, 2021). Ademais, como explicitado por Bacha (1994) a queda da inflação poderia reduzir a receita do governo, que era adquirida via imposto inflacionário, o que acabaria causando um déficit fiscal, impulsionando novamente o processo inflacionário.

2ª Fase: Unidade Real de Valor (URV³): essa etapa foi marcada pela engenhosidade e destreza da equipe, em que criaram uma “quase-moeda” chamada URV, que seria atrelada ao dólar e representaria cerca de CR\$ 647,50. Tinha como objetivo combater a inflação inercial, à medida que zerava a memória inflacionária. Foi inspirada na proposta “Larida” de André Lara Resende e Pêrsio Arida. O seu diferencial era que não seria um congelamento de preços arbitrário, mas sim uma troca voluntária e gradual para uma “quase-moeda” limpa que funcionaria como unidade de conta ⁴ enquanto as transações eram feitas em Cruzeiros Reais. Assim, eliminava-se o problema de desalinhamento de preços, gerando uma neutralidade distributiva. Inicialmente, apenas alguns preços como salários, tarifas e mensalidades eram cotados como URV, mas com o tempo houve uma conversão voluntária

³<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/planoreal>

⁴Por isso não pode ser considerada moeda.

para a unidade de conta da URV.

3ª Fase: Reforma monetária: após 3 meses de circulação, houve a introdução do Real que mantinha a paridade de um para um com a URV e com o dólar, o que zerou a memória inflacionária. O processo explicado por Baer (1996):

"Segundo a inflação predominante, a cotação da TJRV em Cruzeiros Reais aumentava todos os dias, acompanhando a taxa de câmbio. Preços oficiais, contratos e impostos eram fixados em URV, e o governo estimulava seu uso voluntário por agentes econômicos privados. Gradativamente, um crescente número de preços foi sendo fixado em URVs, embora as transações ocorressem em Cruzeiros Reais. Em meados de 1994, uma parcela cada vez maior de preços era cotada em URVs, e o governo decidiu introduzir uma nova moeda cuja unidade era igual a esse indexador. Isso ocorreu em 1º de julho com a introdução do Real equivalente a uma URV, ou US\$ 1,00, equivalente a CR\$ 2.750,00 antigos."

4ª Fase: Âncoras: essa etapa foi essencial para consolidar o Plano Real e garantir a estabilidade da moeda. Foram desenvolvidas duas âncoras⁵: cambial e monetária. A primeira consistia em uma banda cambial estreita e assimétrica (variando apenas até um teto), que permitisse uma valorização da moeda, a fim de manter a paridade com o dólar (GIAMBIAGI, 2005). Isso iria garantir a estabilidade da moeda e aumentar as importações, o que permitiria um aumento da oferta de bens, atuando em favor da concorrência e da manutenção dos preços. Já a monetária, consiste em elevar a taxa de juros para tanto atrair capital e investimento estrangeiro - para sustentar a âncora cambial - como para reduzir o consumo e a demanda, gerando um aperto de liquidez, colaborando para estabilidade dos preços.

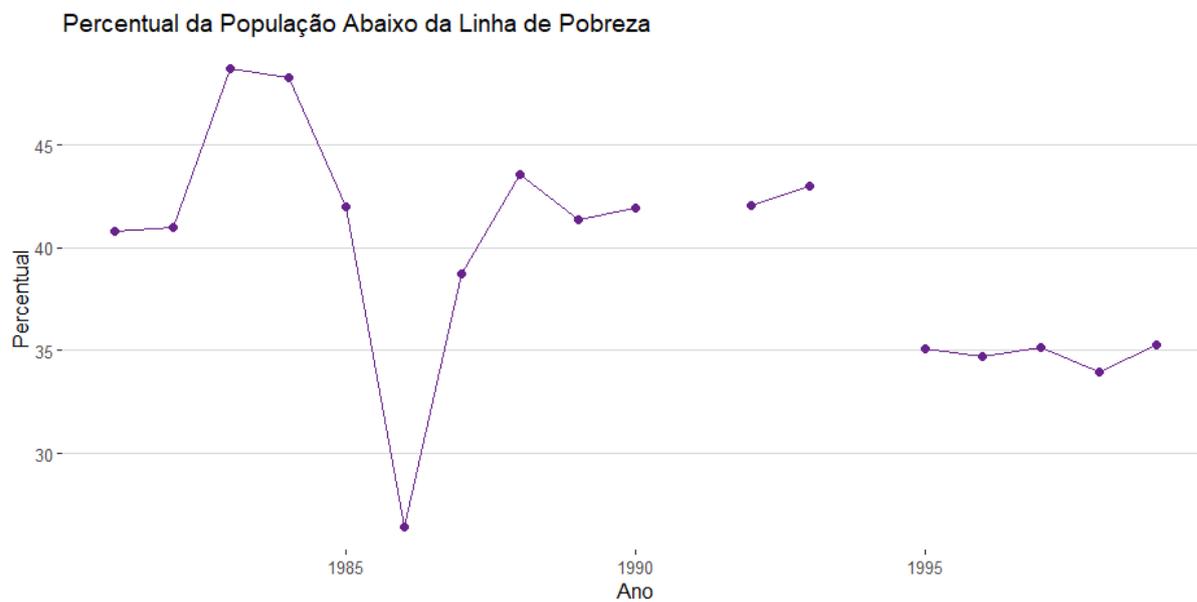
O Plano Real se mostrou extremamente bem-sucedido, à medida que reduziu a inflação rapidamente, gerou um crescimento econômico e aumento na produção, além de ter um impacto na produtividade - devido, sobretudo, à continuidade da abertura econômica âncora cambial - (BONELLI, 1998).

É importante avaliar como o Plano Real consolidou uma racionalização da economia, à medida que gerou uma modernização do Estado e da política econômica, com ênfase em equilíbrios fiscais e monetários, sem panaceias e irresponsabilidades, de modo que formou os pilares para a verdadeira macro estabilidade econômica, tendo inclusive apoio e conscientização da população (BORSANI, 2003).

Por último, vale destacar o impacto que o plano teve no combate à pobreza, uma vez que a relação entre inflação e pobreza já é vastamente explorada na economia (FISCHER, 2001). Desse modo, o Plano Real reduziu o patamar da pobreza de forma duradoura. No gráfico abaixo, que trata da porcentagem de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, pode-se notar um impacto momentâneo do Plano Cruzado, porém somente com o Plano

⁵Também denotadas como políticas acessórias ao plano.

Real esse número foi reduzido de fato (ROCHA, 1996).



Fonte: Ipeadata

4 Análise de Dados

Para a estimação do modelo, foram utilizados dados macroeconômicos de inflação, desemprego, PIB - conforme sugere a literatura mencionada no capítulo anterior. Já para os dados da variável dependente estimada, foram utilizados resultados das pesquisas do Datafolha, acumuladas de 1995 até 2023 para o modelo trimestral e uma compilação com os dados do IBOPE para captar a partir de 1986.

4.1 Inflação

Para a inflação foram compilados dados da série histórica, com variações acumuladas em 3 meses ⁶, do Índice de Preços do Consumidor Amplo (IPCA) retirados da base SIDRA-IBGE, o qual aborda famílias com rendimentos de 1 a 40 salários-mínimos, residentes das regiões metropolitanas: Aracaju, Belém, Belo Horizonte, Campo Grande, Curitiba, Distrito Federal, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre, Recife, Rio Branco, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís, São Paulo e Vitória (IBGE, 2024). Também foi utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) também com variação acumulada em 3 meses ⁷, retirado da base SIDRA-IBGE, o qual - por sua vez - aborda famílias com rendimentos de 1 a 5 salários-mínimos, dado que é utilizado no método de cálculo de reposição do salário-mínimo - coletados com a mesma cobertura do IPCA.

4.2 Desemprego

Para o desemprego foram utilizados os dados originais do Centro de Estudos de Metrópole da USP, a qual fez sua coleta através da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a qual   produzida pelo IBGE e captada das regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Uma vez que os registros foram feitos mensalmente, optou-se por compatibilizá-los com os outros dados trimestrais, utilizaram-se as observa es mais próximas do mês inicial do trimestre, para adequar com os dados de infla o e varia o do PIB

4.3 Produto Interno Bruto

Os dados do produto também foram coletados das Contas Trimestrais Anuais do SIDRA-IBGE, em que   medido o  ndice de varia o do volume trimestral da série histórica de 1996-2023. Para isso, foi analisado o  ndice de varia o de um trimestre contra o outro anterior ⁸ para o PIB a preços de mercado (código 90707)

⁶Identificador 2263

⁷Identificador 2290

⁸Identificador 6564

4.4 Avaliação

Os dados de avaliação do presidente também foram coletados da base do Centro de Estudos de Metrópole da USP, a qual compilou observações do Datafolha e do IBOPE desde 1990. Ademais, foram utilizados dados diretamente do site Datafolha para o período anterior, a fim de captar o governo Sarney e o início do governo Collor. Para um dos modelos, os dados de ambos os institutos de pesquisa foram compilados e unificados com o intuito de cobrir uma frequência quase mensal, mantendo a periodicidade com as outras variáveis analisadas.

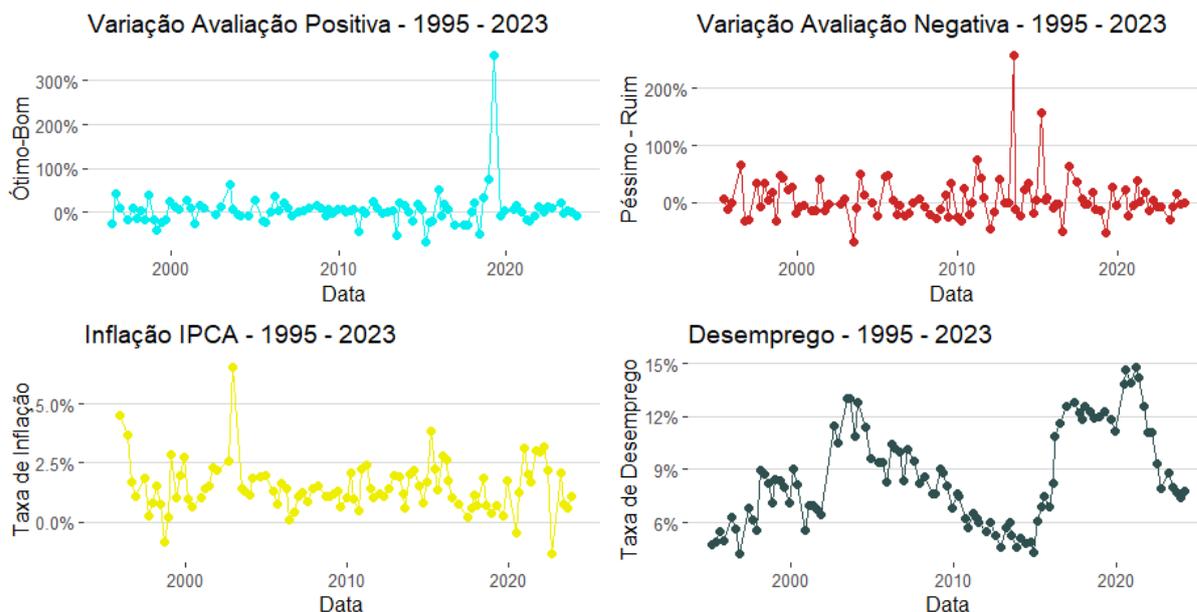
Os indicadores de aprovação do governo do Datafolha são realizados mediante pesquisa de opinião entre 2000 e 2500 selecionados através de “cotas proporcionais de sexo e idade de acordo com dados obtidos junto ao IBGE e Tribunal Superior Eleitoral” segundo o próprio instituto. Nesse processo, os entrevistados são perguntados se consideram o governo “Ótimo”, “Bom”, “Ruim”, “Péssimo”, “Regular” ou “Não Sabe”. Depois, agregam as respostas em “Ótimo-Bom”, “Ruim-Péssimo”, “Regular” e “Não Sei”. Para análise, utilizou-se duas métricas: número de avaliações Ótimo-Bom e número de avaliações Ruim-Péssimo para indicar aprovação ou rejeição de um presidente. Para simplificar a nomenclatura das variáveis, optou-se por abreviar os nomes para Ótimo e Péssimo.

Para criar a variável binária de rejeição foi adotado um critério de avaliação Ruim-Péssimo superior a 50 para indicar rejeição majoritária a um governo. Entretanto, como havia poucos casos, optou-se por normalizar de acordo com o maior nível de rejeição encontrado na base e segmentá-lo no meio para representar uma “maioria simples” de rejeição.

Em virtude disso, no período analisado, o maior valor da avaliação Ruim-Péssimo foi 82 – ao final do governo Temer, próximo da greve dos caminhoneiros. Assim, o valor foi dividido por dois, resultando em 41 como o limite inferior para rejeição. Em cada observação, presidentes que tinham pelo menos 41 de avaliação Ruim-Péssimo foram considerados rejeitados pela população, recebendo o valor 1 na variável *dummy*. Isso gerou mais de 37 observações em que um governo era rejeitado, cerca de 1/3 da amostra

4.5 Análise Gráfica

Primeiro, a fim de observar o comportamento das principais variáveis, foram criados os seguintes gráficos através do software R. Em que se pode notar uma certa estabilidade nas séries de avaliação, tanto positiva quanto negativa. Todavia, esse padrão não é percebido nas séries de inflação e de desemprego, com destaque para a irregularidade da última.

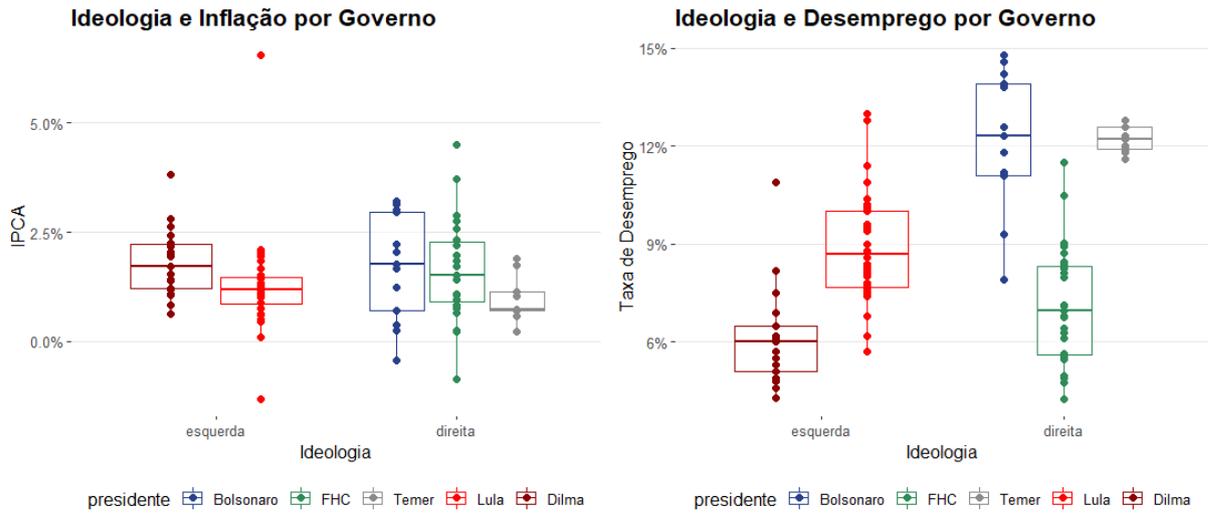


Fonte: IBGE, Centro da Metrópole USP

No que tange às variáveis macroeconômicas de inflação e desemprego, pode-se observar sua dispersão nos gráficos abaixo, em que se segmenta por governos durante o período 1995-2023, ao passo que está organizada por ideologia (direita e esquerda). Essa dicotomia se faz necessária tanto para analisar o comportamento de tais variáveis conforme o espectro político, como para testar futuramente hipóteses sobre o impacto da ideologia no *trade-off* entre inflação e desemprego, de modo que também se possa verificar a percepção da sociedade sobre isso, via avaliação.

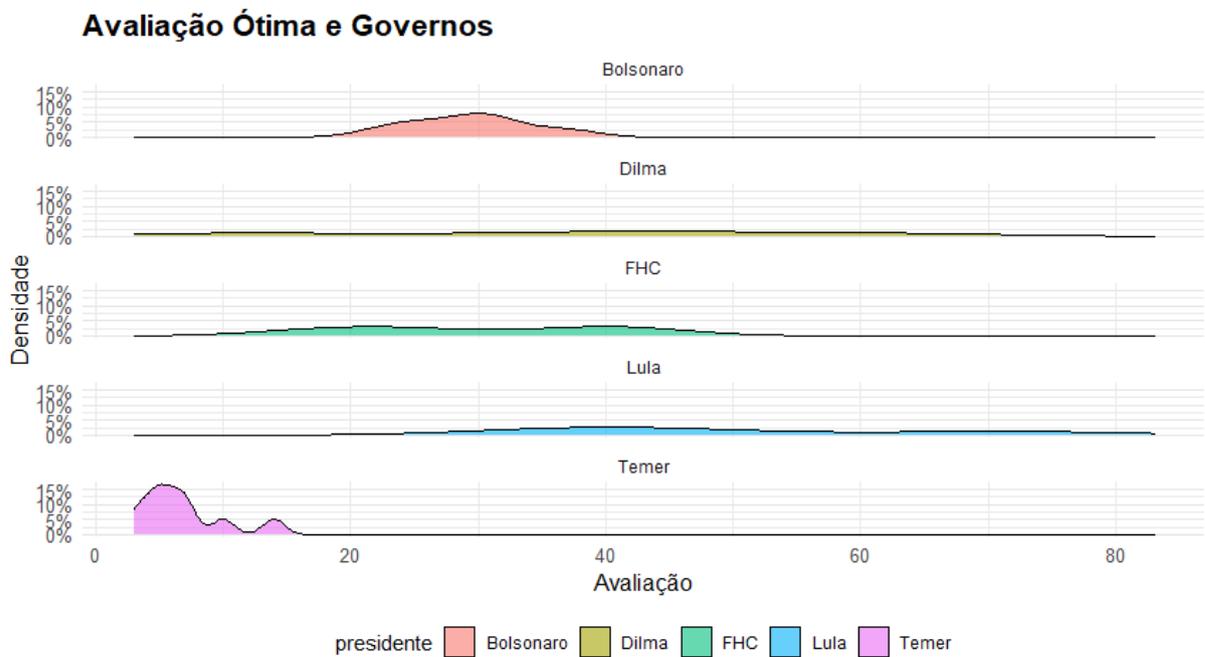
Nesse ínterim, os governos de José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Michel Temer e Jair Bolsonaro foram associados à direita, enquanto os governos do PT - representados por Lula e Dilma - foram classificados como esquerda ideológica. O governo do PSDB, apesar da origem centrista, auferiu a classificação mais à direita, devido à guinada ideológica e econômica do mandato de Fernando Henrique, segundo as estimações ideológicas de Power e Zucco (2009).

Ademais, nota-se como há pouca diferença na média entre os dois espectros políticos, porém há um destaque para a variância, sobretudo no caso do desemprego. Enquanto a inflação se mantém em uma faixa não tão variável, apesar de ter momentos de alta, o desemprego possui uma variação maior e irregular, como já mencionado no gráfico anterior.



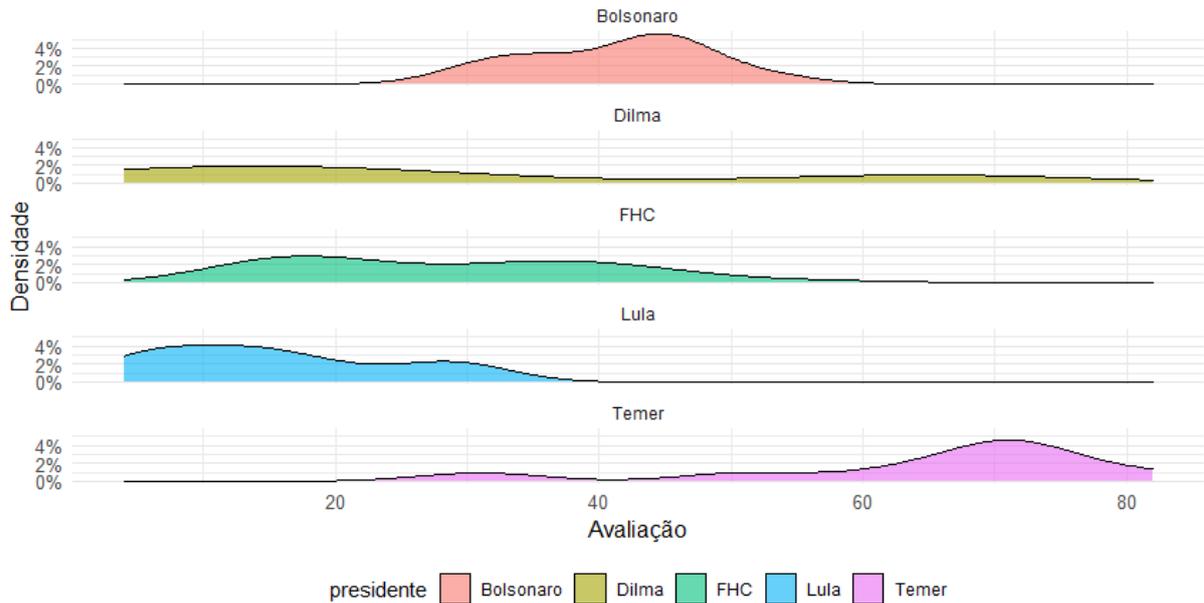
Fonte: IBGE

Quanto à distribuição da avaliação presidencial, pode-se verificar pelos gráficos abaixo uma distribuição mais central no caso dos presidente Bolsonaro, não havendo grandes variações, ao passo que nos governos da Dilma e de Fernando Henrique Cardoso, há uma grande variação, o que demonstra como houve uma mudança drástica na percepção do público sobre esses respectivos governos. Já no caso dos presidentes Lula e Temer, encontra-se uma concentração de avaliação positiva alta e baixa, respectivamente.



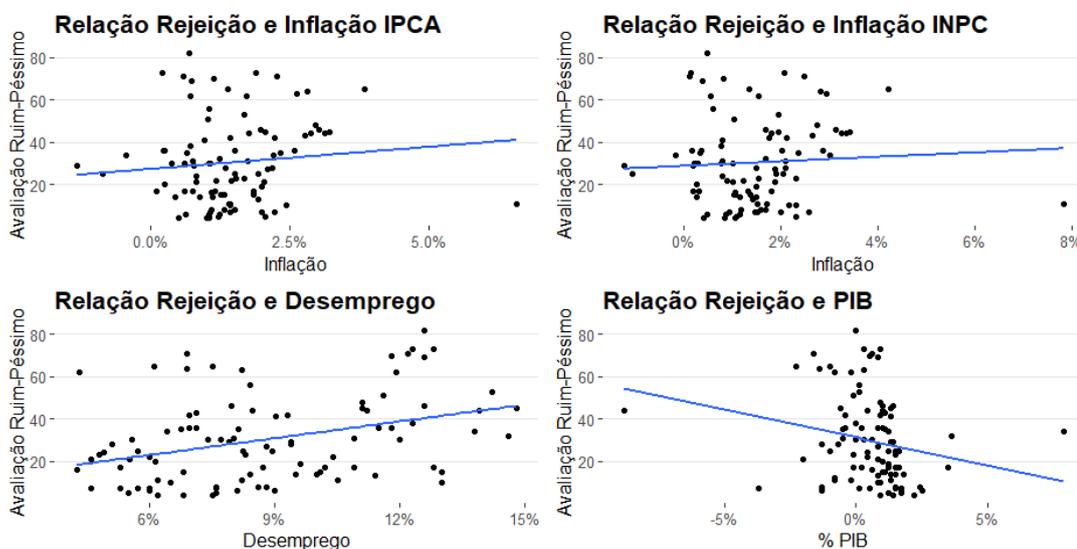
Fonte: Centro da Metrópole USP

Avaliação Péssima e Governos



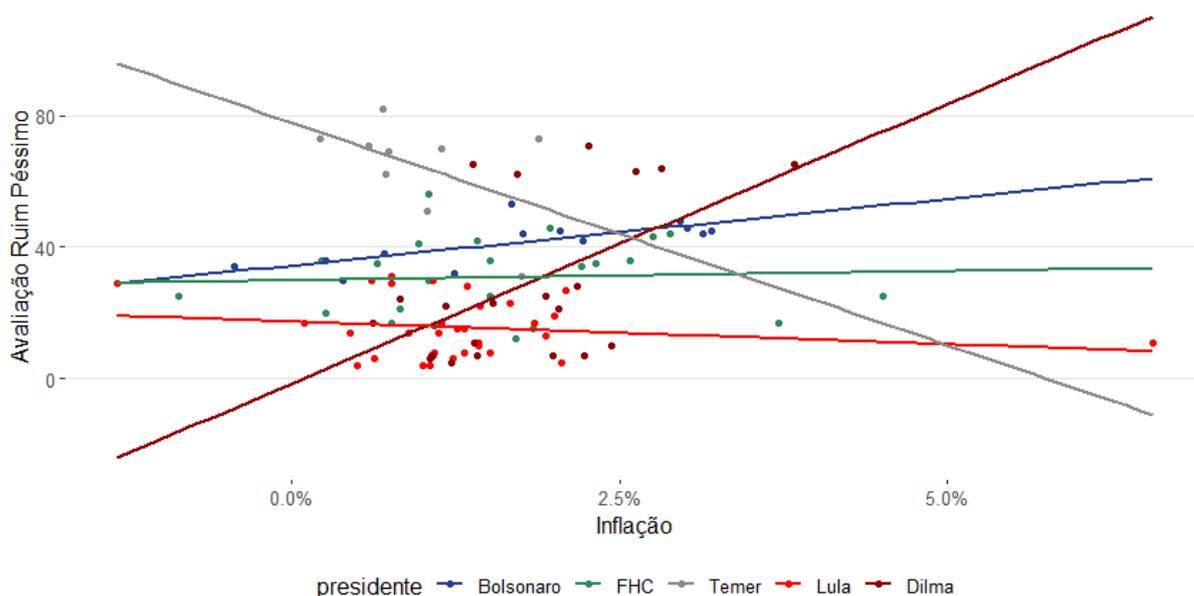
Fonte: Centro da Metrópole USP

Por último, antes de passar para a seção econométrica do trabalho, buscou-se analisar graficamente algumas relações de correlação entre as variáveis, com o intuito de observar o seu comportamento. Em primeiro lugar, examinaram-se as relações entre a variável negativa de avaliação e as interações econômicas, de modo que o resultado refletiu com o esperado pela teoria, com as variáveis de inflação e desemprego afetando negativamente a avaliação de um presidente, logo obtendo uma relação direta com a rejeição. Enquanto a variação do produto apresenta uma relação inversa, dado que afeta positivamente a avaliação de um governante.

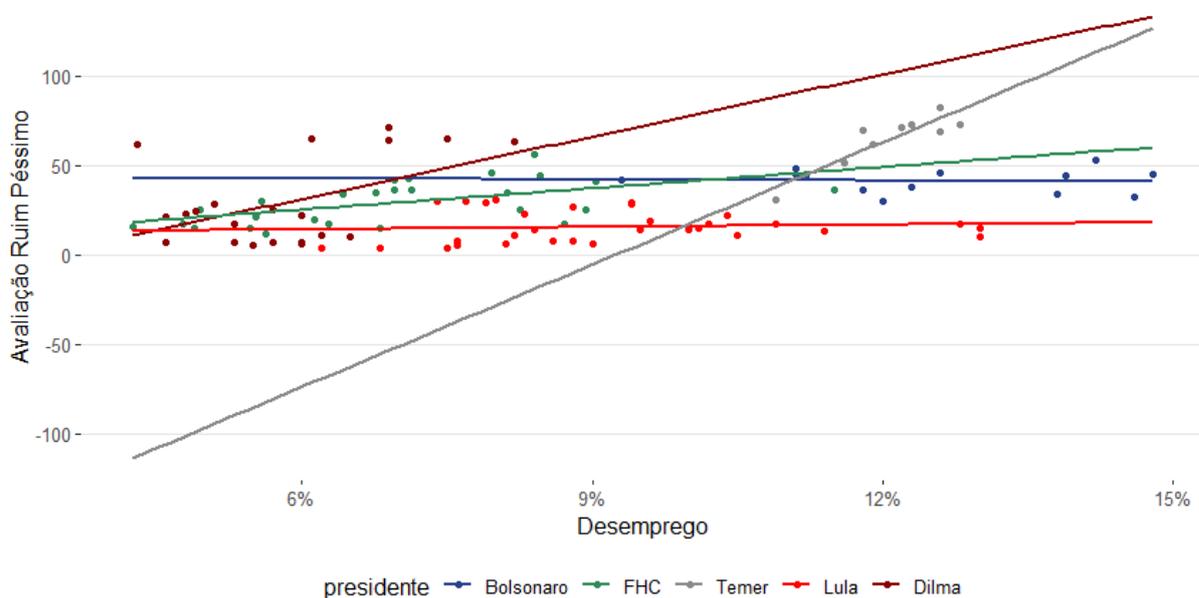


Além disso, foi realizada uma desagregação para observar essa relação por presidente, a fim de perceber como a correlação se deu em cada período presidencial. Desse modo, nota-se como a relação é mais forte durante o governo Dilma, em que tanto inflação, quanto desemprego e variação do produto obtêm as relações esperadas pela literatura, ao passo que o governo Temer representa o efeito oposto, sobretudo em inflação e variação do produto. Pode-se argumentar que seu nível de rejeição não reagiu a melhoras no desempenho econômico, de forma que outros fatores podem estar envolvidos.

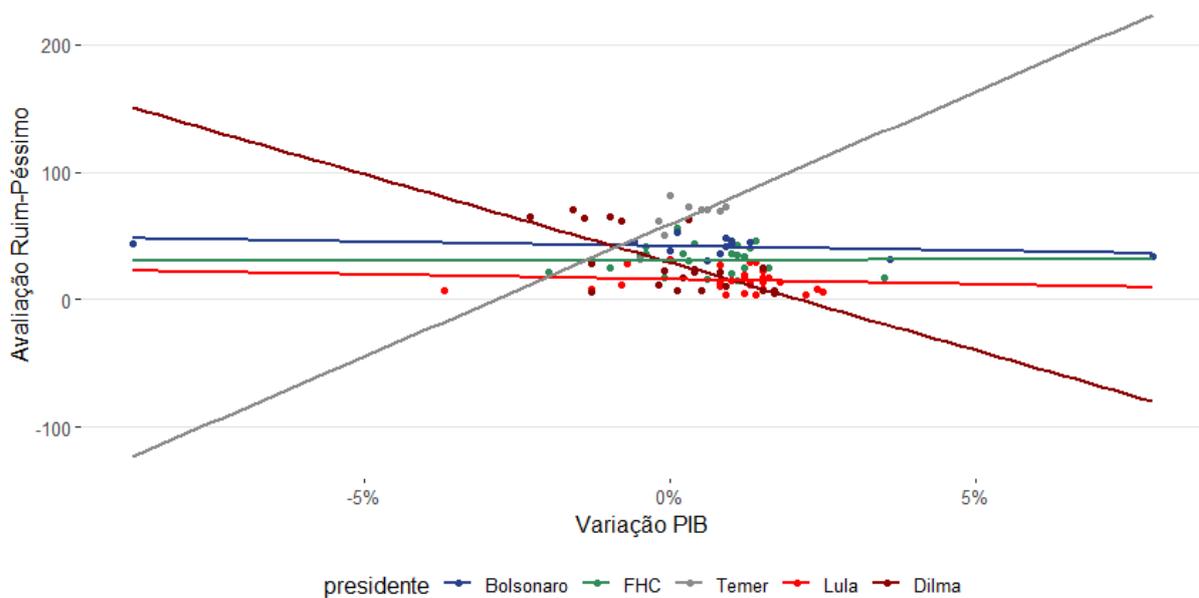
Relação Rejeição e Inflação IPCA por Governo



Relação Rejeição e Desemprego por Governo



Relação Rejeição e PIB por Governo



5 Modelo e Resultados

Para avaliar a relação entre as variáveis econômicas e a rejeição dos presidentes, foi desenvolvido um modelo de regressão logística, cuja equação se encontra representada abaixo. Nesse ínterim, a variável rejeição - previamente explicada - é a variável dependente, enquanto inflação, desemprego e variação do produto são as variáveis independentes, todas com o respectivo *lag* de um período, para captar o efeito defasado. Assim, buscou-se observar o efeito de uma variação passada na percepção corrente, seguindo a visão retrospectiva do eleitor brasileiro, articulada por Amaral e Ribeiro (2015).

$$P(Y = 1|X) = \frac{1}{1 + e^{-(\beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \dots + \beta_n X_n)}}$$

A partir disso, foram desenvolvidos três modelos distintos a fim de captar essa relação entre a economia e a política em contextos diferentes. Primeiramente, desenvolveu-se o modelo completo, com as variáveis inflação, desemprego e variação do produto organizadas trimestralmente no período pós plano Real. Já para o segundo modelo, adicionou-se uma variável *dummy* para definir a ideologia do governo, com o fito de compreender o grau de responsabilidade de cada governo com seu objetivo econômico de preferência, como notado por Powell e Whitten (1993). O terceiro modelo serve ao propósito de fazer uma comparação direta entre o período republicano pré-estabilização monetária e com o posterior, com o objetivo de enfatizar a constância da rejeição ao aumento de preços, em contraponto com o argumento de Veiga (2013), no que concerne a superação do desafio inflacionário pós estabilização, em que a aversão à inflação haveria sido atenuada.

5.1 Modelo Trimestral

Neste primeiro modelo, adotou-se a tríade de variáveis econômicas para explicar a rejeição presidencial. Com isso, foram utilizados dados agregados trimestralmente a partir de 1995. Isso se deve tanto à limitação da série histórica trimestral do IBGE para variações reais no produto, quanto ao intuito de captar as interações após estabilização monetária. Para isso, utilizaram-se a série do IPCA com um *lag* de um período, assim como do desemprego. Além disso, no tocante a avaliação presidencial, a qual ocorre com frequência quase mensal, foi escolhida uma observação representativa por trimestre, com base em proximidade da data com as outras variáveis. Com isso, a equação do modelo é a seguinte:

$$\text{Rejeição} = \beta_0 + \beta_1 \cdot \text{inflação}_{t-1} + \beta_2 \cdot \text{desemprego}_{t-1} + \beta_3 \cdot \text{variação_PIB} + u \quad (1)$$

Tabela 1: Regressão Logística

<i>Dependent variable:</i>	
	rejeicao
ipca_lag	64.893** (29.679)
desemprego_lag	40.791*** (11.156)
variacao_pib	-71.613*** (25.629)
Constant	-5.417*** (1.248)
Observations	97
Log Likelihood	-42.632
Akaike Inf. Crit.	93.264
<i>Note:</i>	*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Pode-se notar como as variáveis inflação e desemprego, que são estatisticamente significantes, possuem coeficientes positivos, ou seja, contribuem diretamente para o aumento da rejeição de um presidente. Em contraste com o crescimento do produto, o qual apresenta sinal negativo, ambos resultados esperados dado a teoria sobre o tema. Entretanto, é interessante notar a magnitude do coeficiente da inflação, o que sugere que o nível de preços ainda tem um impacto considerável na avaliação negativa sobre um governante. Isso pode ser observado com mais precisão abaixo, em que se expõem os seus respectivos efeitos marginais.

Tabela 2: Efeitos Marginais

	AME	P> z
ipca_lag	9.22%	0.0016
desemprego_lag	5.79%	0.0001
variacao_pib	-10.17%	0.0012

Com o auxílio da tabela é perceptível a magnitude da inflação, mais de 9% , de modo que é maior ainda que o efeito do desemprego, tido como outra grande preocupação da sociedade. Já a variação de renda ainda apresenta um efeito considerável de mais de 10%, demonstrando sua importância na avaliação negativa de um governo.

5.2 Modelo com Interação de Ideologia

Neste segundo modelo foi adicionado uma variável *dummy* de ideologia política, segmentada em esquerda e direita, para avaliar se há efeitos interativos entre os governos e seus resultados econômicos. Nesse sentido, foi possível captar tanto os efeitos da ideologia na rejeição quanto da interação entre as variáveis econômicas e o governante, com o intuito de analisar a validade da teoria de Powell e Whitten (1993) para o Brasil, em que governos de direita têm maiores preferências pelo controle da inflação, enquanto os da esquerda optam por reduzir desemprego e aumentar renda. Em virtude disso, era esperado um impacto maior da inflação na rejeição de governos de direita ao passo que o mesmo para o desemprego com presidentes mais à esquerda. Dito isso, a equação e os resultados encontram-se abaixo:

$$\begin{aligned} \text{Rejeição} = & \beta_0 + \beta_1 \cdot \text{inflação}_{t-1} + \beta_2 \cdot \text{desemprego}_{t-1} + \beta_3 \cdot \text{variação do PIB} \\ & + \beta_4 \cdot \text{dummy_direita} + \beta_5 \cdot (\text{inflação}_{t-1} \times \text{dummy_direita}) \\ & + \beta_6 \cdot (\text{desemprego}_{t-1} \times \text{dummy_direita}) + \beta_7 \cdot (\text{variação do PIB} \times \text{dummy_direita}) + u \end{aligned} \quad (2)$$

Tabela 3: Regressão Logística com Interação

	<i>Dependent variable:</i>
	rejeicao
ipca_lag	64.053 (43.201)
dummy_direita	-6.453** (3.005)
desemprego_lag	-40.866 (35.194)
variacao_pib	-94.319** (41.857)
ipca_lag:dummy_direita	40.190 (63.367)
dummy_direita:desemprego_lag	99.480** (39.622)
dummy_direita:variacao_pib	13.201 (61.497)
Constant	-0.516 (2.085)
Observations	97
Log Likelihood	-32.129
Akaike Inf. Crit.	80.258
<i>Note:</i>	*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Por meio da tabela, pode-se observar que a inflação e a variação do produto mantiveram seus coeficientes, ainda que a inflação tenha perdido sua significância estatística, enquanto o desemprego sem interação mudou de sinal, mas se tornou insignificante. Porém, a variação do produto manteve a significância, atestando que governos mais à esquerda podem ser mais cobrados pelo crescimento da renda, o que também pode estar relacionado à crise econômica do governo Dilma. Já com respeito às interações, observou-se que a *dummy* de direita tem coeficiente negativo e significativo, sugerindo que governos de direita enfrentam menos rejeição em relação a governos de esquerda.

Isso pode estar relacionado à uma rejeição intrínseca ao Partido dos Trabalhadores (PT), que denota um exemplo do crescimento do Partidarismo Negativo (*Negative*

Partisanship), em que o comportamento de rejeição é bastante influenciado por uma visão negativa sobre partidos (ABRAMOWITZ; WEBSTER, 2016). Como o PT é um partido estruturalmente organizado, com diretrizes e programa partidário rígidos, conforme Samuels (2008), foi possível angariar uma legião de militantes e eleitores, porém isso pode ter um efeito contrário de antipatia aos não simpatizantes, fomentando a rejeição do partido.

Já outro resultado estatisticamente significativo consistiu na interação entre desemprego e a *dummy* de direita, sugerindo que esses governos enfrentam uma rejeição ainda maior devido a resultados negativos no emprego. Esse resultado vai contrário à teoria mencionada anteriormente, em que se espera resultados fortes relativos à inflação.

Nesse contexto, é possível que os fatores pertinentes ao governo Michel Temer tenham tido impacto nesse resultado, dado que se observou um aumento do desemprego, chegando a máxima de 13,9% ao passo que o seu governo foi marcado pela pior rejeição da série histórica, com cerca de 82% de rejeição ⁹. Além disso, Borsani (2003) sugere que, no Brasil, governos de direita tendem a conduzir a atividade econômica com maior desemprego, o que pode explicar essa maior rejeição, devido ao seu elevado grau.

Tabela 4: Efeitos Marginais

	AME	P> z
ipca_lag	9.46%	0.0011
dummy_direita	-0.29%	0,003
desemprego_lag	2.5%	0.069
variacao_pib	-8.99%	0.0023

Já no que tange os efeitos marginais, nota-se que a ideologia direitista de um governo tem um impacto baixo de reduzir a rejeição, ainda que significativo, em aproximadamente, 0.29%. Enquanto o desemprego apresenta efeito marginal reduzido em comparação com o modelo anterior, para cerca de 2.5%. Ao passo que a inflação ganha maior magnitude, tornando-se o efeito marginal mais alto e mais significativo.

⁹<https://exame.com/brasil/com-82-de-rejeicao-temer-se-torna-presidente-mais-impopular-da-historia/>

5.3 Modelo Comparativo

Por último, foi desenvolvido um modelo mais simples para comparar os efeitos das variáveis de inflação e desemprego na rejeição presidencial na Nova República. Dessa forma, o modelo capta desde os primeiros meses do governo Sarney até os mais recentes resultados do terceiro mandato de Lula. Devido à limitação da série de crescimento do produto trimestral e à busca por adequação mensal das variáveis para maximizar as observações, a variação do produto foi excluída da análise para esse modelo. Ademais, para obter maior frequência, foram compiladas e unificadas as pesquisas do Datafolha e do IBOPE pelo período ¹⁰. Sob esse prisma, o objetivo é mostrar como a rejeição à inflação se manteve mesmo após a estabilização mediante o Plano Real. Assim, a mesma equação - descrita abaixo - foi estimada para dois data-frames distintos, segmentados em 1994 pelo Plano Real. Os resultados podem ser vistos abaixo:

$$\text{Rejeição} = \beta_0 + \beta_1 \cdot \text{inflação}_{t-1} + \beta_2 \cdot \text{desemprego}_{t-1} + u \quad (3)$$

Tabela 5: Regressão Logística

	<i>Dependent variable:</i>	
	Rejeição	
	Antes do Plano Real	Depois do Plano Real
	(1)	(2)
ipca_lag	7.529** (3.582)	83.941** (36.116)
desemprego_lag	-88.788* (47.310)	24.091*** (5.329)
Constant	2.682 (2.272)	-3.357*** (0.548)
Observations	35	258
Log Likelihood	-18.621	-145.246
Akaike Inf. Crit.	43.242	296.491

Note:

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

É possível observar a evolução do coeficiente da inflação, cujo efeito não só se manteve significativo, como ainda aumentou em magnitude, o que pode ser avaliado melhor através dos efeitos marginais calculados na tabela abaixo. Além disso, o desemprego mudou de sinal e tornou-se estatisticamente significativo e condizente com a teoria. Nesse contexto,

¹⁰ Isso é possível dado metodologia similar dos institutos de pesquisa, como evidenciado por Corado, N. R. et al (2022)

seu sinal negativo no primeiro período pode ilustrar tanto uma desimportância de tal variável, em comparação com a inflação, como também como efeito contrário ao aumento de preços.

Em vista disso, torna-se passível de exploração o trade-off entre ambas as variáveis, exposto pela curva de Phillips, em que um aumento do desemprego pode estar associado a uma queda na inflação (PHILLIPS, 1958). Desse modo, a queda no emprego pode ter derivado do caráter recessivo de alguns planos de estabilização de breve sucesso artificial durante o período, segundo Giambiagi e Villela (2015), os quais geraram efêmera satisfação dos eleitores. Entretanto, conforme Castro (2015) também se argumenta que Curva de Phillips do período tinha um forte componente inercial, em detrimento do hiato do produto, o que poderia ir de encontro com a hipótese apresentada anteriormente.

Tabela 6: Efeitos Marginais

	(AME) Pré Plano Real	(AME) Pós Plano Real
ipca_lag	1.36%	15.91%
desemprego_lag	-16.04%	4.57%

No que tange aos efeitos marginais de cada variável explicativa, é possível notar, com auxílio da tabela, tanto o crescimento da influência da inflação na rejeição ao presidente, cerca de 11 vezes maior, quanto a mudança na percepção do desemprego. Em virtude disso, argumenta-se não somente que a inflação ainda é um tema pertinente aos eleitores brasileiros, como se tornou ainda mais importante após a estabilização monetária, o que ilustra a importância do Plano Real e a conscientização em relação aos desafios inflacionários.

6 Conclusão

Este estudo investigou a relação entre variáveis econômicas e a rejeição presidencial no contexto brasileiro, com foco especial para inflação e para a dinâmica posterior ao fim da hiperinflação. Por intermédio de um modelo de regressão logística, os resultados sugerem que a inflação continua sendo um fator significativo para a rejeição presidencial, mesmo após a estabilização monetária. Isso pode indicar que a população ainda teme o retorno da inflação, ao passo que valoriza a conquista da estabilidade econômica, como defendido por Franco (2004).

Esse resultado está de acordo tanto com alguns resultados da literatura internacional, os quais argumentam sobre aversão enorme que a sociedade tem com aumento de preços exposta por Stantcheva (2024) tanto pela nacional que defende que inflação se tornou ainda mais relevante no debate público após a estabilização e com a adoção do Tripé Macroeconômico (RESENDE, 2018).

Também é válido notar os impactos significantes de variáveis como desemprego e crescimento do produto, o que indica que também são agregados essenciais para o público e fonte importante de aprovação/rejeição governamental. Em vista disso, verifica-se que a tríade ilustrada por Lewis-Beck e Michael (1990) se mantém fidedigna ao caso brasileiro. Interessantemente, as interações por governo revelaram efeitos contrários aos esperados.

Contrariamente à expectativa de que governos de esquerda seriam mais responsabilizados pelo desemprego, o modelo sugere que, na realidade, governos de direita enfrentam maior responsabilização por altas taxas de desemprego, mas isso pode estar fortemente associado ao período do governo Temer ¹¹. Além disso, indica-se que governos de esquerda confrontam maior rejeição devido a sua natureza partidária dogmática, no caso do Partido dos Trabalhadores.

Em relação às possíveis limitações deste estudo, é importante considerar a necessidade de realizar testes de robustez, como o aumento da banda de intervalo de confiança da variável de rejeição, o que poderia fornecer resultados mais consistentes. Assim, pode-se testar se os resultados se mantêm caso o limite inferior de rejeição (41) oscile. Outra sugestão para trabalhos futuros envolve a inclusão de uma variável de ideologia que seja dinâmica ao longo do tempo, captando as mudanças nos partidos e na percepção da população acerca de seus conteúdos programáticos. Isso exigiria, para sua modelagem, o uso de regressão beta ou outro modelo adequado que capture essa variabilidade temporal.

Nesse sentido, também seria relevante um estudo com alguma variável explicativa ligada à percepção de corrupção, dado que é uma fonte de aprovação/rejeição relevante no cenário brasileiro. Além disso, uma limitação do modelo consiste no uso exclusivo de

¹¹Foi testado um modelo em que os anos do governo Temer foram excluídos, de modo que houve um fortalecimento ainda maior dos coeficientes de inflação, ao passo que se reduziram os efeitos adversos do desemprego com interação

variáveis retrospectivas, o que implica que os indivíduos consideram apenas o passado, sem incorporar suas expectativas sobre o futuro, o que poderia enriquecer a análise caso fosse abordado.

Em resumo, esta pesquisa contribui para o entendimento de como variáveis econômicas específicas influenciam a percepção do executivo no Brasil, com ênfase para a persistente importância da inflação na visão do público e o papel significativo do desemprego e da renda. Ao compreender melhor os determinantes da rejeição presidencial, espera-se que os formuladores de políticas possam implementar medidas que estejam de acordo com as preferências da população tanto no curto quanto longo prazo, visando maximizar o bem-estar geral, ao passo que atende às suas expectativas e necessidades de maneira mais abrangente e inclusiva.

7 Referências Bibliográficas

Referências

[1] ABRAMOWITZ, Alan I.; WEBSTER, Steven. The rise of negative partisanship and the nationalization of US elections in the 21st century. **Electoral Studies**, v. 41, p. 12-22, 2016.

ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão. Raízes e evolução do modelo político brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ALESINA, Alberto; ROUBINI, Nouriel; COHEN, Gerald D. **Political cycles and the macroeconomy**. MIT press, 1997.

ALSTON, Lee J. et al. **Political institutions, policymaking processes and policy outcomes in Brazil**. 2006.

AMARAL, Oswaldo E. do; RIBEIRO, Pedro Floriano. Por que Dilma de novo? Uma análise exploratória do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, p. 107-123, 2015.

ANDERSON, Christopher J. Economic voting and political context: a comparative perspective. **Electoral Studies**, v. 19, n. 2-3, p. 151-170, 2000.

BACHA, Edmar Lisboa. The revenue and the inflation: an interpretation of the Brazilian case. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 14, n. 1, p. 1-16, 1994.

BAER, Werner. **A economia brasileira**. NBL Editora, 1996.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Plano Real**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/planoreal>. Acesso em: 25 jul. 2024.

BARBERIA, Lorena; AVELINO, George; ZANLORENSSI, Gabriel. Economic voting in Brazil's gubernatorial elections, 1994–2014. **Publius: The Journal of Federalism**, v. 49, n. 2, p. 250-270, 2019.

BLOOM, Howard S.; PRICE, H. Douglas. Voter response to short-run economic conditions: The asymmetric effect of prosperity and recession. **American Political Science Review**, v. 69, n. 4, p. 1240-1254, 1975.

BONELLI, Regis; FONSECA, Renato. **Ganhos de produtividade e de eficiência: novos resultados para a economia brasileira**. 1998.

BORSANI, Hugo. **Eleições e economia: instituições políticas e resultados macroeconômicos na América Latina, 1979-1998**. Editora UFMG, 2003.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. As contradições da inflação brasileira. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; NAKANO, Yoshiaki. **Inflação e Recessão**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 119-145. Publicado originalmente em **Encontros com a Civilização Brasileira**, n. 21, março de 1980.

CAMARGOS, Malco. Economia e eleições na América Latina: refinando a teoria do Voto Econômico. In: **Encontro Anual da ANPOCS, 30º, 2023, Caxambu**. GT11 - Mídia, política e opinião pública. Local: PUC MG/IUPERJ, 2007.

CASTLES, Francis Geoffrey. **Left-right political scales: Some 'expert' judgments**. 1982.

CASTRO, Lavinia Barros de. Esperança, frustração e aprendizado: A história da Nova República. In: GIAMBIAGI, Fábio; VILLELA, André; CASTRO, Lavinia Barros de; HERMANN, Jennifer (Org.). **Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2015**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. p. 97-127.

CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE. **Presidentes e governadores**. Disponível em: <https://centrodametropole.fflch.usp.br/pt-br/presidentes-e-governadores>. Acesso em: 18 jul. 2024.

CHAPPELL, Henry W. Presidential popularity and macroeconomic performance: are voters really so naive?. **The Review of Economics and Statistics**, p. 385-392, 1983.

Corado, N. R., Bertussi, G. L., Batista, L. G. A. PERFORMANCE MACROECONÔMICA E APROVAÇÃO PRESIDENCIAL: UMA ESTIMAÇÃO DA FUNÇÃO POPULARIDADE PARA O BRASIL. **E-Legis Revista Eletrônica Do Programa De Pós-Graduação Da Câmara Dos Deputados**, 15(37), 363-377, 2022.

DE CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Civilização Brasileira, 2001.

DE MORAES, Thiago Perez Bernardes; DE QUADROS, Doacir Gonçalves. **Os inimigos da popularidade presidencial: percepção de corrupção, inflação e**

desemprego (2004-2016).

DOWNS, Anthony. An economic theory of political action in a democracy. **Journal of political economy**, v. 65, n. 2, p. 135-150, 1957.

ERIKSON, Robert S. Economic conditions and the congressional vote: A review of the macrolevel evidence. **American Journal of Political Science**, p. 373-399, 1990.

EXAME. **Com 82% de rejeição, Temer se torna presidente mais impopular da história.** Disponível em: <https://exame.com/brasil/com-82-de-rejeicao-temer-se-torna-presidente-mais-impopular-da-historia/>. Acesso em: 18 jul. 2024.

FERREIRA, Alex Luiz; SAKURAI, Sérgio Naruhiko. Personal charisma or the economy?: Macroeconomic indicators of presidential approval ratings in Brazil. **Economia**, v. 14, n. 3-4, p. 214-232, 2013.

FIGUEIREDO, Marcus Faria. **A decisão do voto-democracia e racionalidade.** Editora UFMG, 2008.

FISHER, Irving. **The money illusion.** Simon and Schuster, 2014.

FRANCO, Gustavo HB. Alternativas de estabilização: gradualismo, dolarização e populismo. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 13, p. 196-215, 1993.

FRANCO, Gustavo HB. **Auge e declínio do inflacionismo no Brasil.** Texto para discussão, 2004.

GIAMBIAGI, Fábio; VILLELA, André Arruda. **Economia brasileira contemporânea.** Elsevier Brasil, 2005.

GRANGER, Clive WJ. Developments in the study of cointegrated economic variables. **Econometric Society Monographs**, v. 33, p. 173-188, 2001.

GURGEL, Maria Cristina Lírio; VEREZA, Solange Coelho. O dragão da inflação contra o santo guerreiro: um estudo da metáfora conceitual. **Intercâmbio**, v. 5, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/>

[9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplio.html?=&t=o-que-e](https://www.brazil.gov.br/en/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplio.html?=&t=o-que-e).

Acesso em: 18 jul. 2024.

KIEWIET, D. R.; KINDER, D. R. Political consequences of economic concerns—personal and collective. In: **Annual Meeting of American Political Science Association**, New York. 1978.

KRAMER, Gerald H. Short-term fluctuations in US voting behavior, 1896–1964. **American political science review**, v. 65, n. 1, p. 131-143, 1971.

LATIF, Zeina. **Nós do Brasil: nossa herança e nossas escolhas**. Record, 2022.

LEVERNIER, William. Election outcomes and economic conditions: An application of a logit model. **Journal of Economics and Finance**, v. 17, n. 1, p. 115-125, 1993.

LEWIS-BECK, Michael S. **Economics and elections: The major Western democracies**. University of Michigan press, 1990.

NORDHAUS, William D. The political business cycle. **The review of economic studies**, v. 42, n. 2, p. 169-190, 1975.

PALDAM, Martin et al. How robust is the vote function? A study of seventeen nations over four decades. **Economics and politics: the calculus of support**, p. 9-31, 1991.

PASTORE, Affonso Celso. **Erros do passado, soluções para o futuro: a herança das políticas econômicas brasileiras do século XX**. Portfolio-Penguin, 2021.

PELTZMAN, Sam. Economic conditions and gubernatorial elections. **The American Economic Review**, v. 77, n. 2, p. 293-297, 1987.

POWELL JR, G. Bingham; WHITTEN, Guy D. A cross-national analysis of economic voting: taking account of the political context. **American journal of political science**, p. 391-414, 1993.

POWER, Timothy J.; ZUCCO, Cesar. Estimating ideology of Brazilian legislative parties, 1990–2005: a research communication. **Latin American Research Review**, v. 44, n. 1, p. 218-246, 2009.

REMMER, Karen L. The political impact of economic crisis in Latin America in the 1980s. **American Political science review**, v. 85, n. 3, p. 777-800, 1991.

RESENDE, André Lara et al. Economia brasileira: notas breves sobre as décadas de 1960 a 2020. **Instituto Millenium**, p. 1-18, 2018.

RIBEIRO, Ednaldo; CARREIRÃO, Yan; BORBA, Julian. Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros. **Opinião pública**, v. 17, p. 333-368, 2011.

RICE, Stuart Arthur. **Quantitative methods in politics**. 1928.

RIKER, W. H. Discussion (of Stigler's paper). **American Economic Review**, 63(2), 178-179, 1973.

ROCHA, Sonia. Renda e Pobreza: Os Impactos do Plano Real. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 439, p. 29, dez./1996.

ROSENSTONE, Steven J. Economic adversity and voter turnout. **American Journal of Political Science**, p. 25-46, 1982.

ROZIN, Paul; ROYZMAN, Edward B. Negativity bias, negativity dominance, and contagion. **Personality and social psychology review**, v. 5, n. 4, p. 296-320, 2001.

SAMUELS, David. A evolução do petismo (2002-2008). **Opinião Pública**, v. 14, p. 302-318, 2008.

SHILLER, Robert J. Why do people dislike inflation?. In: **Reducing inflation: Motivation and strategy**. University of Chicago Press, 1997. p. 13-70.

STANTCHEVA, Stefanie. Why do we dislike inflation?. **National Bureau of Economic Research**, 2024.

STIGLER, George J. General economic conditions and national elections. **The American Economic Review**, v. 63, n. 2, p. 160-167, 1973.

STROM, Kaare; LIPSET, Seymour M. Macroeconomics and macropolitics: The electoral performance of democratic governments. In: **Annual Meeting of the American Political Science Association**, Washington, DC. 1984. p. 745-59.

TAYLOR, Michael A. Channeling frustrations: Institutions, economic fluctuations, and political behavior. **European Journal of Political Research**, v. 38, n. 1, p. 95-134, 2000.

UOL. **Popularidade de Sarney**. Disponível em: <https://noticias.uol.com>.

br/fernandorodrigues/arquivos/pesquisas/datafolha/sarney-popularidade.jhtm. Acesso em: 18 jul. 2024.

VARTANIAN, Pedro Raffy; VIDEIRA, Raphael Almeida. Determinantes Macroeconômicos da Popularidade do Presidente da República: uma Análise sob a Ótica dos Ciclos Políticos Eleitorais (2003-2010). **Revista de Economia Mackenzie**, v. 9, n. 2, 2011.

VEIGA, Luciana. **Economic voting in an age of growth and poverty reduction: electoral response in Latin America (1995-2010)**. 2013.

VENKATESH, Viswanath; DAVIS, Fred D. A theoretical extension of the technology acceptance model: Four longitudinal field studies. **Management science**, v. 46, n. 2, p. 186-204, 2000.

WRIGHT, Raymond E. **Logistic regression**. 1995.